



ACÓRDÃO Nº 81/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11702/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Policlínica Antônio Aleixo
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. José César de Carvalho, Diretor da Policlínica Antônio Aleixo.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6200/2016-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls.185/194).
- 8- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Policlínica Antônio Aleixo. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Recomendação. Encaminhamento. Ciência.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anuais da **Policlínica Antônio Aleixo**, referente ao exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do Sr. José Cesar de Carvalho, Diretor e Gestor, nos termos do art. 1º, II, 22, II da Lei nº 2.423/1996 e artigo 188, § 1º, II, da Resolução TCE nº 4/2002;
- 9.2. **Dar quitação** ao Sr. José Cesar de Carvalho, Diretor e Gestor da Policlínica Antônio Aleixo, nos termos do artigo 24, da Lei n. 2.423/1996, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução n. 4 de 23.05.2002;
- 9.3. **Recomendar** ao órgão de origem, de responsabilidade do Sr. José Cesar de Carvalho, sob pena de imputação de multa e demais penalidades legais e regimentais em caso de reincidência no descumprimento:
 - 9.3.1. A observância aos ditames previstos na Lei 8.666/93;
 - 9.3.2. Adoção de Providências para cobrar da CGE a emissão do Relatório e Certificado de Auditoria com o Parecer do dirigente do Órgão de Controle Interno junto à Prestação de Contas Anuais, assim como, a Certidão de Regularidade profissional, emitida pelo CRC do Profissional competente, sob pena de sanções impostas por esta Corte;



ACÓRDÃO Nº 81/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.3.3. A inserção de todos os dados contendo informações, no campo Anexo da Licitação do E. Contas, dos Editais de Licitação em PDF realizados a partir de 2015 pela Unidade Gestora;

9.3.4. O lançamento de informes dos Termos de Contrato em PDF pela Unidade Gestora ao Tribunal, via sistema E-Contas, no campo Anexo do Contrato, nos futuros exercícios a serem fiscalizados por este Tribunal;

9.3.5. O lançamento de informes em PDF, via sistema E- Contas, do número de autorização das compras geradas através do E.compras.AM-SEFAZ, pela Unidade Gestora ao Tribunal, nos futuros exercício a serem fiscalizados por este Tribunal;

9.3.6. O correto preenchimento do Inventário do Material Permanente;

9.3.7. Realize planejamento prévio das aquisições-compras de materiais necessários ao funcionamento das atividades da área meio e fim, de modo a evitar a realização de despesas que possam caracterizar o fracionamento;

9.4. Encaminhar a guisa de recomendações às Comissões vindouras deste Tribunal, determinadas a procederem inspeções ordinárias “in loco”, “visitas técnicas” ou analíticas, via sistema e-Contas na Unidade de Saúde em epígrafe, para que não se repitam, em prestações de contas de futuros exercícios, as mesmas falhas detectadas;

9.5. Após a ocorrência da coisa julgada administrativa, adote as providências previstas no artigo 162, § 1º, do Regimento Interno;

9.6. Dê ciência da decisão ao **Sr. José César de Carvalho**.

10- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 13 de Fevereiro de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral